



ISSN 2359-1277

CAPITALISMO E SERVIÇO SOCIAL: UMA APROXIMAÇÃO COM A TEMÁTICA

Adrielle de Souza da Silva, adrielesilva4@gmail.com;
Nayara Cristina Bueno (orientadora), nayara_cbo@hotmail.com;
Universidade Estadual do Paraná/Campus de Paranavaí.

EIXO TEMÁTICO: Questão Social e Serviço Social

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo resgatar parte da história do sistema capitalista, contexto onde se deu o início da profissão de Serviço Social. É uma revisão de literatura sobre o tema. Portanto, o Serviço Social é fruto de uma construção histórica que ao longo dos anos foi se modificando, consolidando-se no que é hoje. O surgimento e desenvolvimento da profissão se deram a partir da necessidade do capitalismo de manter sua hegemonia.

Palavras-chave: Capitalismo, Manifestações Operárias, Serviço Social.

INTRODUÇÃO

Precisar o momento exato do surgimento do capitalismo é uma tarefa complicada, vista que cada historiador a determina em um momento. O mesmo acontece quando se quer significar o que é capitalismo; em ambos os casos é necessário buscar respostas no processo histórico da humanidade, percorrer pelo tempo e identificar a estrutura da sociedade, as forças produtivas e a organização do sistema de classes. Algumas pesquisas evidenciam algumas características do capitalismo na era medieval e sociedades antigas, considerando que já nesses tempos a organização social e econômica já visava o lucro, portanto permitindo pensar que o sistema já era vigente há mais tempo que se imagina. Segundo Martinelli (2003, p.27) “há pelo menos três vertentes [...] quando se pretende obter uma compreensão efetiva do capitalismo como categoria histórica”, são elas: a primeira do economista alemão Werner Sombart (1863-1941) que entende que a gênese do capitalismo advém do “espírito capitalista”, espírito empreendedor e racional, a inspiração para sua tese esta relacionada com as transformações da época, produzindo assim uma forma de agir economicamente diferente; a segunda da Escola Histórica Alemã, denominada



tam
bém por Escola Clássica Alemã, conceituava que a junção de capital e mercado somente geraria o capitalismo, a origem do capitalismo consiste no próprio capitalismo; a terceira fundada por Karl Marx, que não foi o originário do termo, mas o significado que ele deu ao sistema capitalista é o utilizado para estudo historiográfico socioeconômico, segundo seu entendimento “o capital é uma relação social e o capitalismo um determinado modo de produção, marcado não apenas pela troca monetária, mas essencialmente pela dominação do processo de produção pelo capital” (MARTINELLI, 2003, p. 29), definindo assim o modo de produção capitalista como determinante nas relações entre as pessoas, decorrente do processo de produção peculiar e específico. As relações sociais de produção capitalista se dão pela compra e venda da força de trabalho, sendo essa a base do sistema, e do trabalho livre assalariado. É a partir dessas características próprias do capitalismo com toda sua configuração social, econômica e política, e não da periodização, que os historiadores se baseiam para conceituar o sistema. O Serviço Social surge no antro do sistema, a partir da necessidade do capitalismo manter sua hegemonia.

MATERIAIS E MÉTODOS

Método qualitativo através de revisão de literatura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos séculos XIV e XV encontra-se o feudalismo em meio às crises econômicas e “desintegração da estrutura feudal” (Idem, 2003, p. 31), e o capitalismo mercantil a partir da primeira metade do século XV desenvolve-se objetivando a acumulação de riqueza e lucro, coincidindo com a mudança que vinha ocorrendo no feudalismo por conta da crise, resultando na mudança do sistema de troca comercial, além da separação dos camponeses e a terra; produtores e os meios de produção, dando espaço para divisão social do trabalho. Quanto mais riqueza acumulada, mais poder



IV JORNADA DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL

polít

ico, “concedendo” aos burgueses um controle governamental já no século XV, “os séculos XIV e XV são marcados por essa ascendente e poderosa oligarquia

burguesa, que concentrava nas mãos o poder político e o econômico”, o dono da terra torna-se comerciante, e em seguida, de comerciante para atacadista, “fazendo do comércio exterior e do monopólio a base essencial de sua riqueza” (Id., 2003, p.32). O capitalismo industrial desde seu início é um modo de produção antagônico e contraditório, a Revolução Industrial na primeira metade do século XIX impulsionou esse “novo” sistema de relação comercial e social, penetrando cada vez mais na sociedade, sobretudo na Inglaterra onde aconteceu a revolução, e grande parte da Europa Ocidental estendendo-se para o mundo. A relação capital e trabalho, advinda da compra e venda da força de trabalho, constituída em uma sociedade dividida em classes, a classe dominante e opressora, os capitalistas, e a classe oprimida e subordinada, os proletários. Duas classes que se originaram em um mesmo organismo e juntos viviam, porém pela soberania de uma e as desigualdades providas por ela, à classe menos favorecida se posicionou em luta, em luta pela vida e luta pela erradicação da burguesia que controlava toda a sociedade através da economia, da política, determinando como a sociedade funcionaria. Com o descontentamento da classe trabalhadora, e em contra partida a necessidade de manutenção da classe burguesa, a ruptura entre as classes gerou uma “guerra”, ocasionado uma disparidade de mundo em um mesmo mundo, apesar de se dependerem, uma pelo trabalho trocado por salário e a outra pelo salário trocado pelo trabalho. Portanto com a exploração da maioria, proletários, pela minoria, burgueses, as lutas de classes se tornaram constantes. Na segunda metade do século XVIII os trabalhadores estavam resistentes às dominações que o capital vinha exercendo sobre a estrutura social, opondo-se ao domínio das máquinas, o proletariado se mobilizou protestando contra o sistema de acumulação de capital a partir do trabalho assalariado e livre. Os protestos gerou uma onda de violência, o Estado, extensão da burguesia, atentou contra a população miserável na tentativa de punir e inviabilizar a luta operária. Para acumulação de capital, função



IV JORNADA DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL

do capitalismo, era preciso mais gente trabalhando e para ter mais, houve deslocamento das pessoas para a cidade, local onde as fábricas e máquinas estavam, ou seja, o camponês e a terra foram separados, ocasionando a

acumulação primitiva, retirando o pequeno proprietário, artesão e camponês e colocando em seu lugar o 'grande' capitalista; tornando a terra um comércio e o homem em um produto descartável que será utilizado para acumular riqueza, riqueza produzida por ele, mas não dele, e sim do capitalista que é dono dos meios de produção. Para tudo isso acontecer era imprescindível que o trabalhador fosse livre, pois durante a dinastia Tudor (1485-1603) o trabalhador não podia circular em lugares que a ele não eram destinados, ou seja, não podia sair dos feudos, tornando um problema para a burguesia que precisava desse cidadão nas fábricas, nas cidades. A legislação não permitia a liberdade do servo, sendo ele restrito a apenas um lugar, sua aldeia, impedindo a liberdade comercial que os burgueses buscavam o trabalhador livre. Em um momento de escassez de mão de obra sucedida pela epidêmica peste negra em especial na Inglaterra, a burguesia precisava que dois acordos legais fossem desfeitos, respectivamente os dois tem origens nos séculos XIV e XVI, as legislações que oprimiam os trabalhadores, a Lei do Assentamento de 1563 e Lei dos Pobres de 1597¹. A partir daí os donos do capital vão coagir o Estado para a revogação dessas legislações que impediam a expansão capitalista, porém, conservava os que o favoreciam. A Lei do Assentamento fora revogada nas primeiras décadas do século XIX, assim como outras alterações que a burguesia conseguiu fazer junto do Estado liberal burguês, liberando o servo para outro tipo de servidão, a assalariada. O intuito de amenizar as decisões coercitivas estatais em relação ao povo era unicamente para expansão capitalista, expansão mercantil, e dominação da classe desprovida de recursos e caráter, como se entendia que a pobreza era um problema de caráter. O discurso burguês era a liberdade de trabalho

¹ "A Lei do Assentamento, de 1563, impedia-os de se mudar de aldeia sem permissão do senhor local, e a Lei dos Pobres, de 1597, declarava indigentes e retirava o direito de cidadania econômica daqueles que fossem atendidos pelo sistema de assistência pública". Martinelli (2003, p. 33).

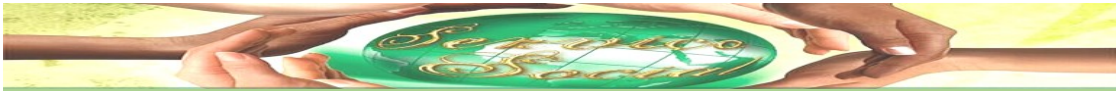


e liberdade religiosa. Enquanto trabalhador livre e assalariado e garantidor de direitos, que foram “conquistados” em função da Revolução Francesa (1789 – 1799), que tinha como lema a liberdade, igualdade e fraternidade, revolução predominantemente política. Colando a pessoa como possuidora de direitos à vida digna, a igualdade e a assistência, porém, por conta das contradições do sistema

estruturado em classes, com o objetivo de acúmulo de lucro, sendo inviável a liberdade e igualdade de direitos, já que era necessária a exploração de uma classe sobre a outra, o discurso não acompanhava a realidade. A classe mais afetada aumentava cada vez mais, aumentando o número de pobres em condições miseráveis em detrimento de outra. As condições de vidas eram miseráveis, desumanas e desiguais, aumentando também a revolta desses que diretamente e diariamente sofriam com as condições impostas pelo dominante. As articulações promovidas pela classe operária, como sindicatos dos trabalhadores, por vezes reprimida pela outra que não queria perder seu posto, sendo assim dificultosa a movimentação popular de luta. O capitalista não queria desordem, não queria paralisação, destruição de máquinas, conscientização por parte dos trabalhadores, portanto fazia se necessário reprimir e oprimir ações políticas e sociais promovidas pelo povo assalariado.

CONCLUSÕES

Igreja, burguesia e Estado uniram forças para inibir o impacto que as manifestações operárias vinham fazendo, e é nesse contexto que surge o Serviço Social. Na Inglaterra surgiu em 1869 a Sociedade de Organização da Caridade, os primeiros assistentes sociais que tinham a função de manter a ordem do sistema e “racionalizando e normatizando” a prática assistencialista. Ou seja, a profissão surge a partir de uma necessidade do capitalismo, que para manter sua hegemonia, precisa controlar o proletariado através da ideologia, alienação e ajuda, sendo então



IV JORNADA DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL

pap

el do Serviço Social a propagação do sistema, ao mesmo tempo em que é o inibidor de questões sociais geradas pelo sistema.

REFERÊNCIAS

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** – 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2003. (p. 27- 67).